

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE**

ELISANGELA NASCIMENTO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA VIDA DAS
PESSOAS NEGRAS**

**APARECIDA DE GOIÂNIA
2023**



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Autorização - Marque uma das opções

1. (☒) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. (☐) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. (☐) Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- (☐) O documento está sujeito a registro de patente.
(☐) O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
(☐) Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Local

Goiânia, 07/02/2024
Data

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**



Documento assinado digitalmente

ELISANGELA NASCIMENTO DA SILVA

Data: 07/02/2024 18:00:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ELISANGELA NASCIMENTO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA VIDA DAS
PESSOAS NEGRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.

Orientação: Prof.(a) Ma Rускаia
Fernandes Mendonça

**APARECIDA DE GOIÂNIA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Elisangela Nascimento da
A Importância da EJA na vida das pessoas negra. / Elisangela Nascimento da Silva. - Aparecida de Goiânia, 2023.
37 f.

Orientadora: Ma Ruskaia Fernandes Mendonça
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2023.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Racismo. 3. Pessoas negras. I. Título.

CDD 374

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto – CRB 1/2746



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

ELISANGELA NASCIMENTO DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA VIDA DAS PESSOAS NEGRAS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue e desenvolvido na linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos sob orientação da Ma. Ruskaia Fernandes Mendonça.

Aprovado em 13 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Ma. Ruskaia Fernandes Mendonça (Presidenta - orientadora)

(assinado eletronicamente)

Dra. Keith Daiani da Silva Braga (Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Dr. Wellington Cardoso de Oliveira (Membro Interno)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ruskaia Fernandes Mendonca**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/02/2024 19:31:16.
- **Keith Daiani da Silva Braga**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/02/2024 19:28:44.
- **Wellington Cardoso de Oliveira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/02/2024 18:23:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/02/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 504938

Código de Autenticação: bf12707bbf



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, None, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755
(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

Dedico esse trabalho ao homem mais maravilhoso, incrível e inesquecível desse mundo: o meu querido e inesquecível pai. É com grande aperto no peito que dedico a ele esse trabalho, sei que se estivesse aqui, estaria ao meu lado junto com minha mãe, me apoiando e tendo orgulho de mim. Pai, essa conquista é sua, pois você presenciou todo meu esforço e acreditou em mim. Te amarei sempre!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força em cada momento dessa longa caminhada. Agradeço a minha mãe, filhos, irmãos, marido, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Agradeço em especial minha mãe, que foi e é minha base. Sempre me deu forças nos meus momentos de desespero não permitindo que eu desistisse e, que ficava comigo até tarde da noite enquanto eu escrevia, e que ajudava como podia nos serviços da casa para que sobrasse tempo para a minha escrita. À minha irmã Aparecida, que me ajudou com todas as xerox e textos impressos no decorrer de todo o curso, à minha sobrinha Thallita e ao filho Bruno, que me ajudou com as formatações e até mesmo nos envios das atividades.

Agradeço também a minha prima Luciene, que foi a minha incentivadora e companheira desde o ensino fundamental na Fundação Bradesco e o ensino médio (EJA) no IFG. A Kathellen, a Priscila e a Thatielle sempre foram muito prestativas.

A Rosália que foi minha companheira e amiga de estágios e apresentações, passamos várias madrugadas terminando escritas de estágios e que por muitas vezes ouviu meus desabafos, angústias, frustrações da faculdade e pessoais. Minha enteada Flávia e a minha amiga Luciana pela motivação e incentivo e ajuda.

Não poderia deixar de citar meu marido que esteve comigo durante todo esse tempo me levando e buscando e sempre me apoiando.

A minha orientadora, professora Ruskaia, meu muito obrigada! Sua dedicação e paciência foi de extrema importância nesse trabalho, permitindo ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Finalmente, expresso minha gratidão a todos os professores pelos feedbacks e lições que contribuíram para a melhoria do meu desempenho ao longo do curso, possibilitando a conquista dos meus objetivos profissionais. Um agradecimento especial à professora Daniella Lobo, cuja dedicação e palavras de encorajamento foram fundamentais para o meu sucesso.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, amo as pessoas e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa discute sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos para as pessoas negras. A partir disso questionou-se, qual a importância da educação de jovens e adultos para as pessoas negras? Teve como objetivos entender as dificuldades encontradas no processo da escolarização para jovens e adultos negros e, considerando a importância de se discutir um dos maiores problemas existentes no Brasil que é o racismo. O trabalho teve como metodologia pesquisas bibliográficas de diversos autores(as), como Cavalleiro (2013), Haddad e Di Pierro (2007), Gadotti (2013), Fernandes (2007), Haddad (1936) e Almeida (2019). No primeiro capítulo “O histórico das questões raciais no Brasil”, discutiu-se o panorama histórico sobre a educação brasileira, no qual a questão racial é contextualizada, abordando algumas das principais transformações educacionais. No segundo capítulo “A Educação de jovens e adultos no Brasil” tratou-se sobre a discussão do histórico da EJA, compreendendo como esta modalidade se construiu no Brasil. Por fim, no terceiro capítulo, a importância da EJA na vida das pessoas negras. Foi possível observar que o racismo na educação se manifesta de diversas maneiras, além de mostrar os descasos acerca da formação curricular dentro do processo ensino aprendizagem, e políticas públicas para os alunos dessa etapa e que foram negados a eles de terminar seus estudos na idade regular, uma vez que é dever do Estado, garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Conclui-se que a Educação de jovens e adultos tem um significado extremamente importante especialmente para aquelas pessoas que tiveram o acesso à escola negado ou pararam de estudar num certo momento da infância ou da adolescência por diversos motivos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Racismo; Pessoas negras.

ABSTRACT

This research discusses the importance of Youth and Adult Education for black people. Its objectives were to understand the difficulties encountered in the schooling process for black youth and adults and, considering the importance of discussing one of the biggest problems in Brazil, which is racism. The methodology of the work was bibliographical research by several authors, such as Cavalleiro (2013), Haddad and Di Pierro (2007), Gadotti (2013), Fernandes (2007), Haddad (1936) and Almeida (2019). In the first chapter "The history of racial issues in Brazil", the historical panorama of Brazilian education was discussed, in which the racial issue is contextualized, addressing some of the main educational transformations. The second chapter "Education of young people and adults in Brazil" discussed the history of EJA, understanding how this modality was built in Brazil. Finally, in the third chapter, the importance of EJA in the lives of black people, it was possible to observe that racism in education manifests itself in different ways, in addition to showing the neglect regarding curricular training within the teaching-learning process, and public policies for students at this stage and who were denied the opportunity to finish their studies at a regular age, since it is the State's duty to guarantee quality education for all citizens. It is concluded that the Education of young people and adults has an extremely important meaning for society, especially for those people who were denied access to school or stopped studying at a certain point in childhood or adolescence for various reasons.

KEYWORDS: Youth and Adult Education; Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1- O HISTÓRICO DAS QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL	11
1.2 O racismo e a educação escolar	15
CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	19
2.1 A EJA no período Colonial e no Império	19
2.2 A EJA na República	21
2.3 A EJA na abertura democrática	25
CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA EJA NA VIDA DAS PESSOAS NEGRAS	27
3.1 A educação é um direito humano	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a relevância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na experiência de vida de indivíduos de ascendência africana. A temática despertou meu interesse, levando-me a buscar informações para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), motivada pela minha trajetória como aluna da EJA e pelas experiências de discriminação racial enfrentadas na infância e na vida adulta. A partir desse contexto, surge o questionamento central: qual é o impacto da educação de jovens e adultos na vida das pessoas negras?

A investigação me levou a revisitar minha própria narrativa, uma vez que sou filha de pais analfabetos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola devido às responsabilidades no trabalho agrícola, na gestão da casa e no cuidado dos irmãos mais novos. Essa experiência pessoal impulsionou meu desejo de compreender como os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam as inúmeras dificuldades associadas ao processo de alfabetização.

Para responder à pergunta, objetivou-se entender as dificuldades encontradas no processo da escolarização para jovens e adultos negros considerando a importância de se discutir um dos maiores problemas existentes no Brasil que é o racismo.

Nem sempre o que motiva o aluno da EJA a ler e a escrever é uma posição social e profissional, pois às vezes é somente a necessidade de decifrar simples palavras como um bilhete, uma bula de remédio, entre outros. Pretendo mostrar aos leitores, a trajetória e os obstáculos que o negro enfrentou e enfrenta na sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) transcende a mera reposição de escolaridade; ela atua como um agente catalisador na construção de conhecimentos capazes de transformar o mundo. Essa modalidade é composta por indivíduos que já adquiriram uma forma de "educação" informal, forjada pelo convívio familiar e pelo grupo social ao qual pertencem.

O desenvolvimento do estudo se deu com leituras de autores como Fernandes (1945), Almeida (2019), Haddad e Di Pierro (2007), Gomes (2013), Gadotti (2013), Cavaleiros (2012), Saviani (1991), Munanga (2005), Haddad e Di Pierro (1994) que fizeram pesquisas na área.

O capítulo inicial, intitulado "O histórico das questões raciais no Brasil", abrange

as evoluções e disparidades dessas questões, tendo em vista que a população negra no Brasil é constituída por indivíduos de cor preta e parda, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Explorou-se o cenário histórico da educação brasileira, situando a questão racial em seu contexto e abordando algumas das transformações educacionais mais significativas.

O segundo capítulo, intitulado "A Educação de Jovens e Adultos no Brasil", realiza uma revisão de literatura focalizada na discussão da desigualdade racial presente na educação básica brasileira, utilizando dados estatísticos do ano de 2021. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados indicam que 56% da população brasileira é composta por indivíduos negros. Os textos abordados englobam a análise de diversas dimensões da desigualdade racial na educação, abrangendo os anos de 1980, 1990 e o período subsequente aos anos 2000. Em seguida, é apresentado o panorama atual da desigualdade racial na área da educação por meio de dados contemporâneos.

No terceiro capítulo, intitulado "A Importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Vida da Pessoa Negra", tornou-se evidente que o racismo na educação se manifesta de diversas formas, resultando na negação do direito do negro de concluir ou até mesmo iniciar seus estudos na idade convencional. Essa manifestação implícita também se reflete em práticas docentes em relação aos alunos negros. No entanto, é destacado que tais práticas podem ser evitadas por meio da implementação de ações antirracistas.

Observou-se que a Educação de jovens e adultos é extremamente importante especialmente para aquelas pessoas que tiveram o acesso à escola negado ou pararam de estudar num certo momento da infância ou da adolescência por diversos motivos.

CAPÍTULO 1- O HISTÓRICO DAS QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL

Neste capítulo, serão examinadas as dificuldades enfrentadas pelos negros desde o período colonial do Brasil até os dias atuais. O objetivo é analisar as características que moldaram a formação do Brasil e identificar as principais razões que impediram a frequência escolar dos negros, levando muitos deles a abandonar os estudos.

Ao longo dos muitos anos de escravidão da população negra, o racismo transcendeu a condição de mero processo histórico. O racismo se estabeleceu como um elemento estrutural e formativo da sociedade, configurando-se como um sistema de opressões, relações de poder e produção de desigualdades.

O autor Holanda (1936) destaca que a sociedade brasileira foi moldada por um sistema de estratificação e hierarquização racial, resultando ao longo dos anos em um profundo fosso social entre negros e brancos. Diversos problemas sociais contemporâneos estão intrinsecamente ligados ao racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Esses problemas abrangem desde a discriminação e o preconceito racial no cotidiano até as desigualdades que afetam diversas dimensões da população negra, incluindo a juventude negra e a alarmante taxa de homicídios entre jovens negros.

De acordo com Holanda (1936) o povo ibérico contribuiu para a formação da sociedade brasileira no período colonial compreendido entre 1500 e 1808 e explica que com a chegada dos europeus no Brasil, eles impuseram e conseguiram dominar a colonização, ou seja, eles usaram da força e violência pra escravizarem os negros trazidos a força da África por eles. Sendo assim, naquele tempo, os europeus da camada dominante conseguiam proteger e até mesmo melhorar sua posição no poder econômico social e político da cidade.

Holanda (1936) esclarece que mesmo durante o "descobrimento"¹ do Brasil, já existiam pessoas de cor² entre os colonizadores. A presença de negros na população continuou a aumentar, e graças ao trabalho forçado dessas pessoas trazidas ao Brasil, os lucros das plantações foram impulsionados. O desmatamento para a construção de grandes fazendas também foi impulsionado por essa mão de obra,

¹ Descobrimento é um termo usado pelo autor Holanda(1936) na época em que escreveu a obra

² Termo usado por Buarque de Holanda para se referir as pessoas negras. É uma expressão e tempo. Foi criada dentro do tempo histórico da obra.

levando a uma crescente demanda por africanos escravizados. O comércio de pessoas escravizadas tornou-se um fator crucial para o desenvolvimento econômico da colônia brasileira.

Hollanda (1936) destaca que durante a monarquia, os fazendeiros e proprietários de escravos eram defensores da escravidão. Nesse contexto, quem detinha maior poder aquisitivo exercia influência predominante. Infelizmente, os pobres e negros não desfrutavam de nenhum direito; eram compelidos a realizar todo o trabalho braçal nas grandes fazendas e plantações, sem receber salário algum. Recusar-se a realizar essas tarefas resultava em punições severas.

O autor destaca ainda que na Ordem Régia de 1726, era proibido aos homens brancos que se casavam com mulheres negras ocuparem cargos municipais até a quarta geração. Ele aponta que, na época, a coroa ibérica demonstrava ser mais flexível e justa do que a hierarquia feudal. Aqueles que violavam essas regras perdiam seus cargos e, em alguns casos, eram até excluídos do convívio familiar por aceitarem a união entre brancos e negros. Infelizmente, muitas dessas dinâmicas persistem na atualidade, visto que o racismo persiste em vários setores, incluindo escolas, locais de trabalho e em praticamente todos os lugares que frequentamos.

Conforme destacado por Holanda (1936), entre 1851 e 1855, ocorreu um desenvolvimento urbano impulsionado pela construção de estradas de ferro, que facilitou o acesso a outros países. Esse período também viu o surgimento de meios de comunicação e a fundação de instituições bancárias, incluindo o Banco do Brasil. Todo esse progresso foi viabilizado pelas atividades agrícolas tradicionais e pela mão de obra dos escravizados, cujos serviços enriqueceram a sociedade sem que recebessem o devido mérito por suas contribuições.

Fernandes (2008) destaca que os escravizados que conseguiram alcançar a tão almejada liberdade compreenderam que só podiam contar consigo mesmos e sua força de vontade. Após a emancipação, tornaram-se responsáveis por suas próprias vidas e pelas de suas famílias. Ao buscarem melhorias após a libertação, muitos negros enfrentaram as recusas da vida, muitas vezes devido à falta de preparo social e político. Infelizmente, na sociedade da época, apenas os homens brancos e eleitores eram bem-vistos, o que perpetuou as dificuldades de integração para os negros libertos.

Dessa forma, muitos libertos enfrentaram dificuldades em se socializar ou se adaptar à vida na cidade, uma vez que suas habilidades estavam voltadas

principalmente para o trabalho pesado nas lavouras. Aqueles que não conseguiram empregos em feiras, artesanato e outras atividades urbanas frequentemente retornavam às antigas fazendas em busca de trabalho. Muitas vezes, eram aceitos por seus ex-donos por salários significativamente abaixo do mercado, ou até mesmo apenas para garantir o sustento de suas famílias. Os fazendeiros compreendiam que as plantações ainda dependiam do trabalho braçal, uma vez que, com a abolição, muitos agricultores enfrentavam desafios em manter as plantações de café em funcionamento.

Após a abolição em 1888, de acordo com Fernandes (1988), alguns proprietários, especialmente aqueles que possuíam plantações de café nos estados do Sul, se recusaram a empregar os negros libertos, dando preferência aos imigrantes europeus. Desse modo, negaram aos seus antigos escravizados os elementos mais básicos para a subsistência, acusando-os de indolência e de falta de interesse em levar uma vida produtiva. Essa postura discriminatória e excludente dificultou ainda mais a integração dos negros libertos na sociedade pós-abolição.

O autor buscou compreender a problemática enfrentada pelos negros na transição da sociedade escravista para a sociedade de classes, abordando o período entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse período foi marcado pela dificuldade de inserção do negro no estilo de vida urbano, principalmente devido à falta de recursos para competir com os imigrantes que chegavam.

O preconceito e outras formas de discriminação desempenharam o papel de "manter a distância social" e perpetuar o "isolamento sociocultural, a exclusão social e as estruturas que permitem a exclusão dos pobres e negros". Mesmo após a conquista da liberdade em um país que já passava por processos de modernização e industrialização, os negros não conseguiram se integrar plenamente na sociedade. Na visão do autor, essa transição viu os negros deixarem de ser um povo escravizado para se tornarem trabalhadores marginalizados, enfrentando barreiras persistentes que limitavam sua participação plena na sociedade.

Fernandes (2008) oferece uma reflexão profunda sobre o racismo, destacando que vai além da discriminação explícita relacionada à cor da pele. Ele enfatiza que o racismo persiste nas interações sociais após a libertação dos escravizados. A família negra desempenhou um papel ativo nesse processo, no qual, embora tenham conquistado a liberdade, os negros enfrentaram limitações significativas nas práticas sociais, especialmente no mercado de trabalho. As oportunidades oferecidas a eles

não eram equivalentes às disponíveis para os trabalhadores de pele branca. Esse entendimento profundo destaca as complexidades do racismo estrutural que permeiam a sociedade.

Fernandes (2008) destaca as desvantagens enfrentadas pelos negros em relação aos brancos no contexto do racismo estrutural, utilizando dados do censo de 1986 a 1993, com foco na cidade de São Paulo. Ele ressalta uma sobreposição com os imigrantes estrangeiros, evidenciando que, embora São Paulo tenha se mostrado a favor da liberdade do escravismo, houve um aumento no número de negros que buscavam a cidade como uma oportunidade de valorização da mão de obra. No entanto, simultaneamente, cresceu também o contingente de negros que fugiam da cidade em busca de melhores condições de vida (Fernandes, 2008). Esse cenário ressalta as complexidades das dinâmicas sociais e econômicas envolvendo a população negra na cidade.

O autor destaca que "[...] o mito da democracia não surgiu de imediato, sendo o resultado de longas relações sociais que tentam mostrar a situação do negro como algo normal em um país em desenvolvimento" (Fernandes, 2008, p.37). Dessa forma, o autor compreende que a suposta democracia racial no Brasil é um mito associado à ideia de que o negro nunca seria equiparado ao branco. Essa perspectiva implica na recusa da aceitação da igualdade nas diferenças de todos, evidenciando a persistência de desigualdades e discriminações profundamente enraizadas na sociedade.

Esse mito manifesta-se historicamente desde a libertação dos negros. Mesmo após a abolição da escravidão, os ex-escravizados enfrentaram o desafio de se reestruturar para serem aceitos no mercado de trabalho. Os autores Buarque (1936) e Fernandes (2008) expressaram claramente suas preocupações em relação à inserção dos negros na sociedade. Para eles, mesmo após conquistarem a liberdade, os negros continuaram a ser escravizados de certa forma. Isso se deve ao fato de que, mesmo libertos, muitos não conseguiram se adaptar aos empregos nas grandes indústrias e no comércio das cidades, pois passaram a maior parte de suas vidas realizando trabalhos braçais nas lavouras. Além disso, a falta de alfabetização e preparo político e social os tornava, na visão desses autores, inadequados para serem plenamente integrados na sociedade.

1.2 O racismo e a educação escolar

Cavalleiro (2005) aborda o tema do racismo e destaca que, em 2005, aproximadamente 44,2% da população brasileira era negra, colocando o país como o segundo com a maior população negra no mundo. Em 2021, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de negros na população aumentou para 56%. Essas informações evidenciam a significativa presença da população negra no Brasil e ressaltam a importância de se compreender as dinâmicas sociais e os desafios enfrentados por essa parcela da sociedade.

Para a autora Cavalleiro (2005), a abolição da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888 pretendia conferir aos africanos e afro-brasileiros igualdade perante a lei em relação ao homem branco. No entanto, ela argumenta que, na prática, essa igualdade só existiu no papel. Mesmo com as leis que promoveram a emancipação dos escravos, estabelecendo que, independentemente de raça ou origem, os negros deveriam ser tratados de forma isonômica, ou seja, em completa igualdade perante as leis, a realidade mostra que os negros continuam segregados social e economicamente. Essa persistência de desigualdades revela a existência de uma sociedade secularmente marcada pelo racismo.

De acordo com a leitura do livro da autora Cavalleiro (2003), é possível perceber que o racismo é um conceito histórico, e sua prática na educação se manifesta de várias maneiras. A autora destaca que o racismo na educação escolar desempenha um papel significativo e contribui para que muitos negros desistam de seus sonhos. Segundo Cavalleiro (2003), a presença do racismo na educação é evidente, e ela aponta que a evasão escolar está associada à questão do racismo. Os índices de escolaridade destacam a participação desigual da população negra no sistema educacional brasileiro. Essas observações ressaltam a importância de abordar e enfrentar as manifestações do racismo no âmbito educacional para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

As ideias propostas destacam que as práticas discriminatórias são frequentes no ambiente escolar. Elas observam que, de modo geral, os livros didáticos omitem o processo histórico e cultural, assim como as experiências cotidianas dos segmentos subalternos da sociedade, tais como o índio, o negro, a mulher, entre outros. No que diz respeito ao segmento negro, a quase total ausência nos livros e a rara presença,

quando ocorre, de forma estereotipada, contribuem significativamente para a fragmentação da identidade e autoestima desses indivíduos. Essa ausência ou representação inadequada nos materiais educacionais pode perpetuar estereótipos e prejudicar a formação de uma visão mais justa e equitativa da história e da diversidade cultural.

Conforme apontado por Cavalleiro (2003), o racismo muitas vezes está presente nos detalhes mais sutis, que podem passar despercebidos se não forem observados de perto. Um exemplo destacado no texto são as histórias presentes em livros, onde personagens negros frequentemente são representados como empregados domésticos, analfabetos, humildes, entre outras características, enquanto os cargos mais elevados, como heróis, príncipes, ou pessoas bem-sucedidas, são predominantemente representados como brancos. Esses pequenos detalhes, aparentemente inofensivos, têm o potencial de influenciar a percepção das crianças, associando inconscientemente a superioridade aos brancos. Esses padrões não estão limitados aos livros, mas também são observados em outros meios, como novelas e propagandas, reforçando estereótipos e contribuindo para a perpetuação do racismo na sociedade.

Na perspectiva de Cavalleiro (2003), o silêncio dos professores diante das situações de discriminação presentes nos próprios livros escolares pode resultar na vitimização dos estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que negligencia as dinâmicas étnicas presentes no ambiente escolar, tem o potencial de prejudicar o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes negros. Além disso, contribui para a formação de crianças e adolescentes brancos com um sentimento de superioridade, uma vez que o silêncio perante a inferiorização do negro, mesmo em conversas informais, pode reforçar estereótipos prejudiciais. O engajamento ativo dos professores na identificação e abordagem dessas situações discriminatórias é crucial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Seguindo a linha de pensamento da autora (2003), mencionada no parágrafo anterior, frequentemente nos deparamos com situações em que pouco se pode fazer, pois são fatores que deixam marcas desde a infância, desde o primeiro dia na escola, e nenhuma ação é tomada. Quando a autora aborda a omissão dos professores, é semelhante à situação em que um aluno começa a apelidar um colega de maneira desrespeitosa, e os professores, em vez de repreendê-los, também acham graça ou

simplesmente ignoram, como se não vissem. Isso caracteriza uma manifestação de racismo institucional. A discussão sobre o racismo precisa ser incorporada de maneira essencial na sala de aula, integrando-se aos diversos componentes curriculares, e a escola deve implementar ações efetivas para enfrentar essa realidade. É imperativo agir desde a infância, tanto no ambiente escolar quanto nas famílias, para que a democracia racial deixe de ser um mito e se torne uma realidade concreta.

A leitura do autor Almeida (2019), autor do livro "Racismo Estrutural", destaca discussões cruciais. Atualmente, diversos movimentos sociais buscam popularizar debates de grande importância para a sociedade. Para o autor, "[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional" (Almeida, 2019, p.52-53). Ele argumenta que comportamentos individuais são derivados de uma sociedade em que o racismo é a regra, não a exceção, evidenciado pelo fato de haver poucos negros em posições de poder no cotidiano social.

A leitura também destaca que as instituições são racistas porque a sociedade, infelizmente, é racista. Segundo o autor, as instituições são simplesmente um reflexo da estrutura social, que é composta por inúmeros conflitos. A única maneira eficaz de combater isso é através da implementação de práticas antirracistas concretas. Além disso, o autor salienta que a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não garante automaticamente que a instituição deixará de atuar de maneira racista. É necessário um esforço consciente para desafiar e mudar as práticas discriminatórias arraigadas.

O autor Silvio de Almeida (2019) destaca que, ao integrar as ações do movimento negro e aprofundar seus estudos nas relações raciais, começou a observar atentamente o número de pessoas negras nos ambientes que frequentava e as funções que desempenhavam. Ele percebeu que nos ambientes acadêmicos e no exercício da advocacia, ele era frequentemente uma das poucas, se não a única, pessoa negra na condição de advogado e professor. Ao mesmo tempo, notou a presença significativa de pessoas negras desempenhando funções relacionadas à segurança e limpeza no mesmo ambiente. Essas observações ressaltam as disparidades raciais nas ocupações e destacam a importância de abordar questões estruturais para promover maior equidade.

É verdade que negros e negras compõem parte significativa da população brasileira e enfrentam desigualdades em diversos aspectos, incluindo a educação. Os dados mostram que, em geral, há índices mais baixos de escolaridade entre a população negra em comparação com a população branca. Além disso, o sistema político e econômico muitas vezes tende a privilegiar pessoas consideradas brancas, contribuindo para a manutenção de disparidades sociais e econômicas com base na cor da pele. O reconhecimento dessas desigualdades é fundamental para a implementação de políticas e ações afirmativas que busquem promover a igualdade racial no Brasil.

Mesmo hoje, quando as teorias racistas estão desmoralizadas nos meios acadêmicos e nos círculos intelectuais que as gestaram, na cultura popular ainda é possível ouvir sobre a inaptidão dos negros para certas tarefas que exigem preparo intelectual, senso de estratégia e autoconfiança como professor, médico, advogado [...] (Almeida, 2019, p.48)

Almeida (2019) avança na ideia de que a dominação racial não é apenas exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são internalizadas como elementos da vida social. Essa dinâmica forma uma rede na qual os sujeitos brancos, consciente ou inconscientemente, perpetuam essas práticas em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que geram efeitos específicos e locais de desigualdades raciais.

A percepção de que ofensas raciais são consideradas "piadas" por uma parte expressiva da sociedade, em nome da suposta democracia racial, é um argumento que contribui para a resistência do judiciário e do sistema de justiça em reconhecer casos de racismo e para que se mantenham considerados como racialmente neutros. Por outro lado, ser considerado branco também é resultado de uma construção social que se expressa materialmente na dominação exercida por indivíduos considerados brancos.

CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de jovens e adultos (EJA), foi instituída legalmente no Brasil como modalidade da educação brasileira de ensino fundamental e médio em 1996, para Haddad e Pierro (2007).

A educação de jovens e adultos no Brasil vem se dando, desde o Brasil Colônia, de forma assistemática e as iniciativas governamentais no sentido de oferecer educação para jovens e adultos são recentes. No Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa, abrangendo um caráter mais religioso que educacional. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade, o que acaba por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país (Porcaro,1999, p.01)

Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido moldada como um espaço fundamental nas políticas educacionais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 208, reconhece a educação como um direito de todos, estabelecendo como dever do Estado a garantia do Ensino Fundamental, que é obrigatório e gratuito, independentemente da idade. Estudantes, educadores e políticos têm se mobilizado em defesa da escola pública e gratuita para todos, como preconizado na legislação (Brasil, 1988).

2.1 A EJA no período Colonial e no Império

No período da colonização os negros eram trazidos a força para o Brasil e não eram consideradas aptas ao aprendizado e, também, profundamente desumanizados pelos jesuítas.

Com o passar do tempo, segundo Haddad e Pierro, (2007) os religiosos exerciam sua ação educativa e missionária com as pessoas brancas que possuíam poder aquisitivo para eles a educação era instrutora, ou seja, eles eram ensinados a terem normas de comportamentos, e ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial.

Os indígenas e a população negra, historicamente, não tiveram acesso à mesma educação que outros grupos sociais. Em muitos casos, foram submetidos a um sistema educacional moralizador, no qual eram compelidos a realizar trabalhos braçais.

De acordo com a leitura de (Haddad e Di Pierro, 2007) mostra que No Brasil Império começam a ocorrer algumas reformas, e estas preconizam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos, e houve a desorganização do sistema do ensino produzido pela expulsão dos jesuítas em 1759.

Dessa forma, o Brasil Império desempenhou um papel fundamental na conquista da independência. Após a elite brasileira romper os laços com Portugal, surgiu a primeira constituição brasileira desse período, baseada em documentos europeus, e estabelecendo a garantia de instrução primária para todos os cidadãos brasileiros. No entanto, essa promessa não se concretizou para todos, pois muitas pessoas negras ainda estavam sob a cruel realidade da escravidão, sendo negadas a condição de cidadãs (Haddad e Di Pierro, 2007).

Conforme apresentam os autores Haddad e Di Pierro (2007), a primeira Constituição Brasileira em 1824, firmou sob forte influência europeia a garantia de uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, inclusive para os adultos.

Contudo, a implementação efetiva da educação básica ficou aquém da intenção legal. Ao longo da história brasileira, o avanço na criação de escolas de qualidade para todos foi lento. Durante o período imperial, a cidadania era reservada a uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica, que assumia o controle da educação primária como um direito exclusivo. Nesse contexto, negros, indígenas e grande parte das mulheres eram excluídos desse benefício.

O Ato Adicional de 1834, ao transferir a responsabilidade pela educação básica para as províncias, efetivamente deixou nas mãos do governo imperial o controle sobre a educação das elites. Isso resultou na delegação da função administrativa, com recursos limitados, para educar a maioria carente da população. Essa dinâmica perpetuou as disparidades sociais no acesso à educação, restringindo-a a uma minoria privilegiada, enquanto a maioria enfrentava limitações e obstáculos para garantir seu direito à instrução (Haddad e Di Pierro, 2007).

2.3 A EJA na República.

2.2 A EJA na República

De acordo com Haddad e Di Pierro (2007), o governo lança na primeira república a primeira campanha de educação de adultos propondo alfabetização de adultos analfabetos em três meses com o oferecimento de curso primário em dois tempos de sete meses com capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, dá-se então a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Na época, o analfabetismo era visto como causa, e não como efeito do escasso desenvolvimento brasileiro. Depois houve a primeira república, que durou cerca de 40 anos. Diversas reformas educacionais foram pensadas na época para encontrar alguma solução para normatização do ensino básico brasileiro, que na época era bastante precário. Na primeira república, as pessoas analfabetas eram consideradas incapazes, inferiores, limitadas ou impedidas de alcançar seu total desenvolvimento e essa era uma visão preconceituosa e estava ligada ao racismo.

Naquela época, as leis frequentemente não se traduziam em ações práticas, uma vez que não eram acompanhadas por ajustes orçamentários que permitissem sua efetiva implementação. Ao adentrarmos a década de 1920, mais de 70% da população brasileira, abrangendo adultos, porém majoritariamente composta por crianças e adolescentes, ainda enfrentava o desafio do analfabetismo.

Entretanto, a partir da década de 1920, época que marcou o encerramento da primeira república e uma era de transformações sociais, o Brasil viu o início do processo de industrialização e o avanço da urbanização. Essas mudanças tiveram um impacto substancial na educação, que deixou de ser vista apenas como uma medida assistencial para se tornar uma necessidade vital na vida urbana em desenvolvimento.

Com essas transformações produtivas, econômicas e sociais, nós temos a pressão dos movimentos de educadores e da população pela ampliação do número de escolas. Os renovadores, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira (movimentos de educadores), passam a exigir do Estado que ele assuma finalmente a sua responsabilidade diante da educação. A educação brasileira com seus péssimos índices de alfabetização e escolarização do mundo se torna então uma preocupação (Haddad e Di Pierro, 2007)

Haddad e Di Pierro (2007), explicam que a Revolução de 1930 foi um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil. A nova Constituição propôs um Plano

Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios. Em matéria educacional vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação. Segundo os autores foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional, mas as condições para que isso viesse a ocorrer foram sendo instaladas já no período anterior

Dessa forma, Haddad e Di Pierro (2007) destacam que a educação de jovens e adultos foi reconhecida e recebeu uma abordagem específica. A criação do INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - em 1938 foi um marco importante, e, por meio de seus estudos e pesquisas, consolidou-se, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário. Este fundo, por meio de seus recursos, tinha como objetivo implementar um programa progressivo de expansão da educação primária, incluindo o Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos.

De acordo com as discussões de Haddad e Di Pierro (2007), imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a UNESCO alertou o mundo sobre as profundas desigualdades entre os países e destacou o papel crucial que a educação de adultos deveria desempenhar no desenvolvimento das nações consideradas menos desenvolvidas. A criação desse organismo desencadeou uma série de atividades, integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais, municipais e a iniciativa privada.

Na década de 1950, a campanha de educação de adolescentes e adultos, promovida pela UNESCO, teve uma influência significativa. Essa iniciativa foi crucial por estabelecer uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos. Isso representou uma mudança significativa em relação à atuação fragmentada, localizada e ineficaz que caracterizou todo o período colonial, imperial e da primeira república. Agora, uma política nacional com recursos vinculados e atuação estratégica se consolidou em todo o território nacional.

A educação de adultos passava a ser condição necessária para que o Brasil se invalidasse como nação desenvolvida, estas duas faces do sentido político da

educação ganham evidências para o fortalecimento do estado nacional brasileiro edificado a partir de 1930.

De acordo com Haddad e Di Pierro (2007) as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade, os níveis de escolarização da população brasileira permaneceram em patamares reduzidos quando comparados à média dos Países do primeiro mundo e mesmo de vários dos vizinhos latino americanos. Até então o adulto não escolarizado, era percebido como um ser imaturo e ignorante.

Em 1940, o estado brasileiro aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Sua influência foi significativa, principalmente nos primeiros anos da década de 1960, a 1964, quando o golpe militar ocorreu anterior ao golpe, constituiu um momento especial no campo da educação de jovens e adultos, os anos que antecederam a ditadura foram o movimento da educação da conferência nacional dos bispos do Brasil em 1961, com o patrimônio do governo federal, o movimento de cultura popular de Recife, os centros populares de cultura, órgãos culturais da campanha de pé no chão, também se aprende a ler da secretaria municipal de educação de Natal, e finalmente o programa nacional de alfabetização do ministério da educação e cultura. Este último contou com a presença do professor Paulo Freire.

As ideias de Paulo Freire se expandiram por todo o país e foi reconhecido nacionalmente com a educação popular e a educação de adultos ,o autor, ficou de organizar e desenvolver o programa nacional de alfabetização de adultos, mas infelizmente houve o golpe militar, e antes que Freire conseguisse implementar nacionalmente sua proposta, E com isso, a ruptura nesse trabalho, já que, a conscientização proposta por Freire passou a ser vista como ameaça, por esse motivo deu se o exílio de Freire e o estado voltou para a priorização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadoras, o governo voltou a assumir o controle da alfabetização de adultos.

As ideias que surgiram foram as características próprias da educação que passaram a ser reconhecidas conduzindo as exigências de um tratamento específico nos planos pedagógicos e didático, o direito de todo cidadão ter acesso ao conhecimento universal com isso, a educação de adultos passou a ser reconhecida como um poderoso instrumento de ação política e teve uma forte missão de resgate e valorização do saber, tornando a educação de adultos um movimento amplo de

valorização da cultura popular, durante a ditadura o programa nacional de alfabetização foi interrompido seus dirigentes presos e seus materiais apreendidos.

O Brasil viveu sob uma ditadura militar entre 1964 a 1985, após o golpe que derrubou o governo do presidente João Goulart, colocando o Brasil por mais de vinte anos sob repressão. O movimento de educação sofreu repressão pela ditadura e também pela própria hierarquia católica, transformando a década de 1970, em um instrumento de evangelização mais do que propriamente de educação popular que tem a principal característica em utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino.

Segundo a análise de Haddad e Di Pierro (2007), a escolarização básica de jovens e adultos era considerada vital e não poderia ser negligenciada pelo Estado. Essa modalidade de ensino representava um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Manter baixos níveis de escolaridade em uma nação de grande porte, como os militares propunham construir, seria um desafio significativo. Havia a necessidade de responder a um direito de cidadania identificado como legítimo, através de estratégias que atendessem aos interesses hegemônicos de maneira socioeconômica, conforme implementado pelo regime militar.

Os autores destacam que as respostas para os desafios educacionais emergiram com a criação do MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização. Este movimento foi instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Posteriormente, outra iniciativa significativa foi a implantação do ensino supletivo em 1971, durante a promulgação da Lei Federal 5.592, que reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo grau.

A criação do MOBRAL foi resultado do trabalho de um grupo interministerial que buscou alternativas ao programa da Cruzada ABC, uma iniciativa de maior abrangência apoiada pelo Estado. Essa mudança foi motivada pelas críticas recebidas pela Cruzada ABC, especialmente em 1963. Essas medidas visavam enfrentar os desafios educacionais e melhorar os índices de alfabetização e educação de jovens e adultos no país.

Na década de 1970, o Ministério da Educação (MEC) propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos, que foram estruturados com base no trinômio tempo, custo e efetividade, por meio de diversos acordos entre o MEC e a USAID. Esses cursos, fortemente influenciados pelo tecnicismo, adotaram módulos instrucionais, oferecendo atendimento individualizado, autoinstrução e avaliação em duas etapas -

modular e semestral. No entanto, como consequência dessa abordagem, surgiram elevados índices de evasão, individualismo, pragmatismo e uma certificação rápida e superficial.

2.3 A EJA na abertura democrática

Após o golpe militar, o MOBRAL foi extinto e, em seu lugar, foi criada a Fundação Educar. Posteriormente, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que ampliou o papel do Estado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando o ensino fundamental como obrigatório e gratuito. Essa mudança representou um marco importante na legislação educacional brasileira, fortalecendo o compromisso estatal com a educação inclusiva e acessível para todas as faixas etárias.

Conforme discutido pelos autores Haddad e Di Pierro (2007), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representou um momento histórico em que tanto os antigos quanto os novos movimentos sociais e atores da sociedade civil, que surgiram e se fortaleceram no final dos anos 70, passaram a ocupar espaços cada vez mais significativos na esfera pública. Esses grupos adquiriram organicidade e institucionalidade, revitalizando as estruturas sindicais e associativas já existentes, além de criar novas formas de organização e modalidades de ação.

A sociedade civil organizada, por meio de suas demandas educacionais, desempenhou um papel crucial ao legitimar publicamente as instruções públicas da democracia, especialmente por meio dos partidos, parlamentares e normas. Contudo, a história da Educação de Jovens e Adultos no período de redemocratização é caracterizada pela contradição entre a afirmação, no plano jurídico, do direito formal da população jovem e adulta à educação básica, e sua negação pelas políticas públicas concretas.

Essa contradição revela um descompasso entre os princípios legais e a efetiva implementação de políticas que garantam esse direito à população em questão (Haddad e Di Pierro, 2007). Fundamentada na garantia dos direitos individuais e coletivos, a constituição foi a base para a construção de uma sociedade democrática e comprometida a sociedade e erradicar o analfabetismo e o ensino fundamental desobrigando o governo federal de aplicar com essa finalidade a meado dos recursos vinculados à educação , o que implicaria elevar o gosto educacional global.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem se expandido por todo o país, obtendo êxito e reconhecimento em diversas regiões. No entanto, apesar desses avanços, os dados da EJA ainda são alarmantes no século XXI, com um número significativo de adultos analfabetos. Há uma necessidade premente de investimentos reais que favoreçam a continuidade da oferta de estudos e a permanência dos alunos na escola.

No ano 2000, campanhas desenvolvidas pelo governo federal, por meio do programa Alfabetização Solidária e do programa Brasil Alfabetizado, assumiram a configuração de ações de combate à pobreza e ao analfabetismo. Essas práticas contribuíram para a disseminação de programas de alfabetização, educação básica, formação e qualificação profissional de jovens e adultos. Essa abordagem fortalece a ideia de que a responsabilidade pública pela educação básica de jovens e adultos no Brasil não deve recair exclusivamente sobre o governo, mas sim sobre toda a sociedade.

A EJA vem se expandindo por todo o país, alcançando êxito e encontrando reconhecimento em todas as regiões, mesmo não tendo o apoio necessário. Porém, no século XXI, os dados da EJA ainda são alarmantes, segundo o IBGE, em 2019 existem cerca de 6,8% pessoas analfabetas que por diversos motivos continua fora da escola.

CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA EJA NA VIDA DAS PESSOAS NEGRAS

Conforme destacado pela autora Nilma Lino Gomes (2013), abordar a questão racial não se resume apenas a discutir o tema; é crucial compreender como se expressa, ter uma compreensão profunda do que está sendo dito e, sobretudo, agir para construir práticas e estratégias que superem o racismo e a desigualdade racial. Essa abordagem vai além das palavras e exige um comprometimento efetivo na promoção da igualdade.

É fundamental compreender que essa tarefa não é exclusiva dos negros ou do movimento negro; é uma responsabilidade cidadã que deve envolver toda a sociedade brasileira. A ação coletiva, com a participação ativa de diversos segmentos da sociedade, é essencial para criar uma transformação real e duradoura na superação dos desafios relacionados ao racismo e à desigualdade racial.

Para Gomes (2013)³ é preciso, desmistificar o racismo superar a discriminação racial, ou seja, o combate e a superação ao racismo parecem uma boa proposta para colocar a descolonização em ação, tanto na sociedade quanto na educação.

Segundo a autora, isso ocorre por dois motivos essenciais: primeiro, porque a escola precisa estar apta a oferecer o espaço, os dispositivos e as adaptações necessárias para estudantes marginalizados e discriminados. Segundo, oferecer um lugar seguro e amigável, mas só é possível se a comunidade escolar for educada para compreender as práticas reparatórias e inclusivas como um benefício a todo o contexto social, é de suma importância que escolas e professores construam e difundem a noção de igualdade social, pois assim, conseguiremos combater a discriminação e o racismo. E a nossa ação como educadores e educadoras, do ensino fundamental à Universidade, é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, que repudie qualquer tipo de discriminação.

Ainda de acordo com Gomes (2013, p.52)

As tensões entre diferentes ênfases, concepções e práticas sociais mostram que a questão do racismo é extremamente complexa. Exige de nós um olhar cuidadoso e atento quando nos aproximamos da questão racial. O racismo é, por um lado, um comportamento, uma

³**Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores.

Segundo Munanga (2005), o autor destaca a importância de os professores se voltarem para o conhecimento prévio dos alunos em relação ao conteúdo, proporcionando oportunidades para discussões. Ele enfatiza a necessidade de auxiliar os estudantes a compreenderem que as concepções são formadas a partir de diversas fontes e experiências, sendo moldadas pelo que ouvimos e pelas informações compartilhadas por outras pessoas, além do aprendizado formal.

No ensino da africanidade, o professor proporciona atividades que visam desafiar e ampliar o conhecimento dos alunos. Nesse processo, ele atua como mediador, estimulando o desenvolvimento da capacidade de expansão ou reformulação de concepções iniciais. Isso promove o hábito de pesquisa, fomenta o debate e a troca de ideias, além de incentivar a observação da vida cotidiana. As atividades também incluem a análise do contexto da sala de aula, a elaboração de conclusões e a comparação entre concepções construídas a partir do senso comum e do estudo sistemático. Essa abordagem busca não apenas transmitir informações, mas também promover uma compreensão mais profunda e crítica da africanidade.

O autor também destaca a necessidade de estudo como uma busca pelo fim do preconceito, defendendo um ensino que prepare os alunos no aspecto social. Em relação à possibilidade de os alunos estudarem sobre a africanidade brasileira, Munanga (2005) ressalta que isso não se restringe a uma única disciplina, sendo viável ser abordado em diversas áreas. Essa abordagem abrange diferentes campos e, em termos de programas de ensino, pode ser integrada como uma disciplina única, pois os conteúdos e metodologias relacionados à africanidade podem estar presentes em diversas disciplinas que compõem o currículo escolar. Isso destaca a importância de incorporar o conhecimento sobre a africanidade de maneira interdisciplinar para enriquecer a formação dos alunos.

No ensino da africanidade, o professor promove atividades que visam desafiar os alunos, incentivando a ampliação de seus conhecimentos. Ele atua como mediador, orientando os estudantes no desenvolvimento da capacidade de expandir ou reformular suas concepções iniciais. Isso estimula o hábito de pesquisa, fomenta o debate e a troca de ideias, além de promover a observação da vida

cotidiana. As atividades incluem observações no contexto da sala de aula, a elaboração de conclusões e a comparação entre concepções formadas tanto a partir do senso comum quanto de estudos sistemáticos. Essa abordagem busca não apenas transmitir informações, mas também desenvolver habilidades críticas e promover uma compreensão mais profunda da africanidade.

Conforme destacado por Di Pierro e Haddad (2007), ao longo dos anos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem enfrentado desafios significativos em sua trajetória de desenvolvimento. Apesar dos esforços para se consolidar, a EJA frequentemente enfrenta desvalorização por parte de estados e municípios, que carecem de incentivos adequados. A modalidade de ensino é afetada por uma série de problemáticas, sendo seu histórico continuamente precarizado por um sistema que prioriza outros interesses governamentais.

Os autores evidenciam o descaso em relação à estrutura curricular da EJA, vista por alguns gestores como inviável no processo de ensino-aprendizagem. Essa falta de reconhecimento reflete-se na falta de continuidade na especificidade, implementação, investimento e formulação de políticas públicas direcionadas aos alunos dessa etapa. Muitos desses alunos foram privados da oportunidade de concluir seus estudos na idade regular, evidenciando a necessidade urgente de uma abordagem mais cuidadosa, com investimentos e políticas que atendam às demandas específicas desses aprendizes.

Nesse contexto, reforça-se o papel do Estado em cumprir seu dever de garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente da idade ou do momento em que decidem retomar seus estudos. Dessa forma, o ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem se revelado benéfico para aqueles que buscam avançar em seus estudos, especialmente para indivíduos que enfrentaram desafios educacionais em suas trajetórias. Contudo, para que esses benefícios se concretizem, é essencial um comprometimento conjunto de todos os envolvidos: professores, alunos e a própria instituição de ensino.

Ao estabelecer uma conexão com a temática racial, torna-se crucial reconhecer que a EJA desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades educacionais, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras. Comprometendo-se com práticas inclusivas, o ensino da EJA pode contribuir significativamente para mitigar disparidades educacionais e promover a equidade racial. Portanto, é indispensável que os

envolvidos nesse processo estejam cientes e engajados na construção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural, proporcionando oportunidades igualitárias de aprendizado para todos.

3.1 A educação é um direito humano

Conforme enfatizado pelos autores Romão e Gadotti (2013), a educação é um direito que não tem prazo de validade, estendendo-se para além dos 14 anos. Gadotti argumenta que negligenciar a Educação de Jovens e Adultos é uma forma de penalizar duplamente os analfabetos.

Para Romão e Gadotti (2013), educar um país sem miséria significa priorizar a educação, principalmente daqueles que mais necessitam dela. Isso se refere aos indivíduos cujo direito à educação foi negado em duas fases distintas de suas vidas: primeiro, quando não puderam frequentar a escola na infância e, depois, quando adultos. O autor destaca a importância de direcionar esforços educacionais para aqueles que enfrentaram essa dupla negação do acesso à educação, argumentando que uma verdadeira educação sem miséria deve começar por atender às necessidades educacionais desses grupos vulneráveis.

Conforme argumentado pelos autores Romão e Gadotti (2013), é crucial aumentar os investimentos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois é considerado humilhante um adulto precisar estudar sob uma abordagem pedagógica voltada para crianças. Gadotti enfatiza a importância de não renunciar à EJA e desconsiderar toda a bagagem de aprendizado que a vida proporcionou a esses adultos.

O autor destaca a necessidade de respeitar o aluno adulto, enfatizando a importância de adotar uma metodologia adequada que reconheça e valorize a história de vida desse estudante. Isso implica em uma abordagem que leve em conta a maturidade, as experiências e as vivências acumuladas ao longo do tempo, proporcionando um ambiente de aprendizado mais condizente com a realidade e as necessidades dos alunos adultos na EJA.

O autor destaca que para uma política nacional efetiva de educação popular para jovens e adultos, é imperativo que exista uma Educação de Jovens e Adultos (EJA) de qualidade. Portanto, torna-se de extrema urgência a implementação de uma

política nacional de EJA, não se limitando a programas de governo pontuais. Essa ênfase reforça a distinção entre uma política de Estado consistente e ações isoladas e desarticuladas, que nem sequer podem ser consideradas políticas públicas. O autor ressalta a importância de uma abordagem sistemática e abrangente, visando garantir uma educação de qualidade para a população jovem e adulta no país.

O autor destaca a importância de reconhecer a dimensão histórica das ações direcionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando tanto os limites quanto as possibilidades dessa modalidade como política pública de Estado, garantindo o acesso à educação como um direito universal. A permanente inquietação e mobilização dos diversos sujeitos que buscam a EJA, motivados por diferentes razões, por meio de fóruns, são fundamentais. Essa constante vigilância visa assegurar a observância e a melhoria contínua das leis relacionadas a essa modalidade de educação, conforme argumentado por Gadotti (2014).

Ainda de acordo com a leitura de Romão e Gadotti (2013), a educação de adultos foi compreendida de diferentes formas. Gadotti, entende a Educação de Adultos como uma espécie de educação moral, por isso se fazia necessária uma educação onde o objetivo seria contribuir com o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação continuada para jovens e adultos, mesmo depois da escola.

Conforme Romão e Gadotti (2013), o propósito da Educação de Jovens e Adultos é reintroduzir os indivíduos, especialmente os analfabetos, no sistema formal de educação. Segundo Lima *apud* Romão e Gadotti (2013), a "educação ao longo da vida" se apresenta, no limite, como um "projeto político-educativo inviável, já definitivamente em ruptura com as suas raízes humanistas e críticas". Ele percebe fortemente diluídas as dimensões propriamente educativas desse projeto.

Romão e Gadotti (2013), posiciona-se contrariamente à tradição humanista-crítica, emancipatória e transformadora da educação popular, que historicamente esteve vinculada aos imperativos globais da modernização, produtividade, adaptação e empregabilidade. Para o autor, a educação popular está em uma encruzilhada: ou passa por uma reconfiguração funcional e vocacionalista, transformando-se em uma formação de caráter profissional e contínuo; ou persiste em sua tradição de busca por mudança social e "conscientização", mantendo conexões com movimentos sociais populares e revitalizando os ideais de educação política e alfabetização crítica.

Responsabilizar apenas o aprendiz pela sua aprendizagem desvaloriza o papel do docente, pois, de um lado, à necessidade de reeducar os adultos, cuja escola não havia sido capaz de educá-los para a paz e, do outro lado, à crescente expectativa de vida. Era preciso oferecer mais oportunidades de aprendizagem à população adulta cada vez mais numerosa.

Continuando com o pensamento de Romão e Gadotti (2013), a ênfase não está apenas no ato de aprender, mas na natureza do que está sendo aprendido. O objetivo é assegurar uma aprendizagem transformadora, na qual o indivíduo assume a responsabilidade primária por seu próprio processo educacional. Trata-se de capacitar o aprendiz a gerir ativamente seu processo de aprendizagem, identificando estratégias que sejam mais pertinentes a ele de maneira individual e colaborativa, afastando-se de uma abordagem exclusivamente competitiva. Vale ressaltar que a educação é uma responsabilidade do Estado, e a carga pela qualidade do ensino não deve ser colocada unicamente sobre o indivíduo.

No entanto, por outro lado, a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta enormes desafios e limitações. Os Fóruns da EJA destacam a considerável fragmentação de esforços e a insuficiência de recursos direcionados a essa modalidade da educação básica. Gadotti (2013) destaca que, no Brasil, aproximadamente 36 milhões de jovens e adultos ainda são analfabetos. Ele ressalta que a educação é um direito social e humano, independente da idade.

Muitos desses indivíduos tiveram seu direito à educação negado durante a chamada "idade própria", e privá-los de uma nova oportunidade seria, essencialmente, negar-lhes pela segunda vez o direito fundamental à educação. Na Educação de Adultos, especialmente na educação popular, a falta de políticas públicas é evidente. Nesse contexto, a redução do analfabetismo torna-se desafiadora, como é observado no caso brasileiro. Dificuldades adicionais surgem devido à idade e à localização geográfica dos analfabetos, conforme destacado pela UNESCO. O custo de alfabetizar um jovem de 15 a 29 anos em áreas urbanas é menor do que alfabetizar pessoas com mais de 40 anos, especialmente em regiões remotas.

Muitas políticas públicas encaram a erradicação do analfabetismo como uma despesa, não reconhecendo seu potencial como investimento. É essencial considerar que o analfabetismo tem impactos não apenas individuais, mas também sociais, afetando a sociedade, a participação cidadã, a produtividade e o desenvolvimento

social. Estudos indicam que há uma correlação positiva entre níveis educacionais e a redução da pobreza, evidenciando que, de modo geral, quanto mais educação uma pessoa possui, menor é sua probabilidade de viver em situação de pobreza. Assim, investir na educação não apenas beneficia o indivíduo, mas também contribui para uma sociedade mais participativa, produtiva e socialmente desenvolvida.

Conforme debatido por Gadotti (2013), a abordagem para combater o analfabetismo deve ser uma agenda educativa constante e duradoura, indo além de partidos políticos e governos. O analfabetismo não é apenas um desafio; é também uma oportunidade de investimento. Investir na alfabetização de adultos é estratégico para o desenvolvimento de um país. Se o Estado fornecer apoio inicial, os próprios adultos analfabetos acabarão financiando os custos posteriores desse investimento por meio de seu progresso educacional.

Conforme Paulo Freire, citado por Gadotti (2013), é vergonhoso ainda debater sobre o custo do analfabetismo. Freire destaca a exploração máxima da força de trabalho, enfatizando que a elite se preocupa apenas com o lucro, sem se importar com a rentabilidade, qualidade e produtividade. Para ele, essa abordagem revela uma mentalidade focada exclusivamente nos ganhos econômicos, negligenciando aspectos fundamentais relacionados ao desenvolvimento humano e social.

É fundamental reconhecer que os analfabetos tiveram uma experiência negativa na escola, e sua reintegração requer a adoção de metodologias e práticas educacionais e culturais que não reproduzam os erros do passado. Essa reinserção na educação é crucial para conquistar a liberdade individual e exercer a cidadania, visando tornar as pessoas mais autônomas e felizes. Em última análise, a educação é essencial para a sobrevivência e pleno desenvolvimento do ser humano.

O direito à educação é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como o direito de todos ao "desenvolvimento pleno da personalidade humana" e uma necessidade para fortalecer o "respeito aos direitos e liberdades fundamentais". A conquista desse direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino. Ele transcende as etapas iniciais e não se limita apenas às crianças e jovens. O direito à educação, em condições de equidade e igualdade para todos, deve ser garantido pelo Estado, com prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis, assegurando a integralidade desse direito fundamental.

Rosa Maria Torres, citada por Romão e Gadotti (2013), argumenta que é essencial reconhecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito à educação, abrangendo sua aceitabilidade, adaptabilidade, acessibilidade e disponibilidade. Ela destaca a necessidade de transformar a perspectiva sobre os sujeitos da EJA, que frequentemente são vistos como carentes e vulneráveis. Torres advoga por reconhecê-los como sujeitos de direitos, indivíduos que não são ignorantes, possuindo conhecimentos valiosos e essenciais para a vida humana. Essa mudança de visão é crucial para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa da EJA.

Assim, a luta pelo direito à educação não pode ser dissociada da luta por outros direitos. Não é suficiente simplesmente fornecer um programa de Educação de Adultos; é imperativo proporcionar condições adequadas de aprendizagem, instalações apropriadas, materiais adequados, entre outros aspectos. A abordagem integral e abrangente é fundamental para garantir que o direito à educação seja efetivamente assegurado, abordando não apenas o acesso à educação, mas também as condições que promovem um ambiente educacional inclusivo e eficaz.

Romão e Gadotti (2013), destaca a desigualdade existente, observando que há muitas bolsas de estudo disponíveis para pós-graduados, enquanto os analfabetos, que precisam trabalhar para se sustentar, enfrentam as condições mais desfavoráveis de estudo. Ele ressalta a urgência de um Pacto Nacional para o fim do analfabetismo no Brasil, enfatizando que todas as circunstâncias convergem para essa necessidade. Citando Paulo Freire, Gadotti destaca que é crucial, urgente e viável superar essa situação. Diante dessa nova oportunidade histórica, a indiferença não é uma opção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras de diversos autores/as, fica evidente que o racismo é um problema enraizado na história, e sua manifestação na educação assume diversas formas. Conforme observado por Cavalleiro (2003), o racismo na educação escolar é uma realidade persistente, contribuindo para que indivíduos negros desistam de seus sonhos. A evasão escolar, de acordo com a autora, está intrinsecamente ligada à questão do racismo, refletindo-se nos desequilibrados índices de escolaridade da população negra no sistema educacional brasileiro. A prática de discriminação, conforme destacado pela autora, é uma característica recorrente no ambiente escolar.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é formada por indivíduos social e economicamente excluídos pelo sistema educacional. Nesse contexto, a EJA desempenha um papel de extrema relevância na vida dos negros. Apesar de não receber a devida atenção política, essa modalidade de ensino acolhe a população negra, contribuindo para resgatar sua dignidade e autonomia. Além disso, oferece oportunidades profissionais, representando um caminho importante para a promoção da igualdade e inclusão social.

Infelizmente abandonei os estudos na sétima série ainda adolescente, ao retornar os estudos me deparei com inúmeros obstáculos, uns difíceis de enfrentar e até mesmo esquecê-los. A EJA na minha vida teve um impacto muito significativo enquanto mulher negra, pois permitiu resgatar minha identidade mostrando que sou capaz de muitas conquistas, entre elas, a minha formação educacional e a uma vaga em sala de aula da educação infantil na rede municipal através de um processo seletivo.

Agradeço a Deus por ter me dado forças e não permitir que eu desistisse e de colocar pessoas extremamente especiais e professores que seguraram minhas mãos mostrando sim que sou capaz nesse percurso ao retornar e concluir os estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. Estado, direito e análise materialista do racismo. In_ KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; DE MELO, Tarso. (Orgs.). **Para a crítica do direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015. ALMEIDA, Sílvia Luiz de. Sartre: direito e política. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio Do Lar Ao Silêncio Escolar**: Racismo, Preconceito E Discriminação Na Educação Infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELA, Felipe. **Dia da Consciência Negra relembra marginalização vivida por maioria da população**. Jornal da USP, 2022.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

DI PIERRO, Maria Clara de. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

FÁVERO, Osmar e IRELAND, Timothy Denis. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Editora Contracorrente, 2021.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In_ FÁVERO, Osmar e IRELAND, Timothy Denis. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

PIERRO, Maria Clara Di *et al.* **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos: cenários, perspectivas e formação de educadores**. 2007.

Documento Digitalizado Público

TCC Versão Final

Assunto: TCC Versão Final
Assinado por: Matheus Souza
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 08/02/2024 15:39:33.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/02/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 542550
Código de Autenticação: b244c90258

